

## ARTIGO

# DA LÓGICA DE *O CAPITAL* À “LÓGICA” DO CAPITAL: NOTAS CRÍTICAS A HELMUT REICHELT

## FROM THE LOGIC OF *THE CAPITAL* TO THE “LOGIC” OF CAPITAL: CRITICAL NOTES TO HELMUT REICHELT

ANTÔNIO JOSÉ LOPES ALVES\*

### RESUMO

Este artigo discute criticamente os principais lineamentos do pensamento de Helmut Reichelt atinente à categoria marxiana de capital. A Reichelt aquela categoria possuiria caráter lógico, conforme se encontra consignado em uma de suas obras recentemente traduzida entre nós: *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx*. Coteja-se a abordagem em questão com o disposto no próprio texto marxiano. Assim, será possível inclusive determinar o quanto o estudioso alemão se aproxima efetiva do padrão teórico que delimita em Marx os sentidos das categorias que descrevem o modo de produção do capital e a sua crítica científica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crítica Marxiana da Economia Política, Lógica, Determinação Categorical, Totalidade Orgânica, Helmut Reichelt.

### ABSTRACT

This article critically discusses the main lines of Helmut Reichelt's thinking concerning the Marxian category of capital. To Reichelt that category would have a logical character, as it is recorded in one of his works recently translated between us: *On the Logical Structure of the Concept of Capital in Karl Marx*. The approach in question is contrasted with the provisions of the Marxian text itself. Thus, it will be possible to determine how much the German scholar approaches the theoretical standard that delimits in Marx the meanings of the categories that describe the mode of production of capital and its scientific critique.

**KEYWORDS:** Marxian Critique of Political Economy, Logic, Categorical Determination, Organic Totality, Helmut Reichelt.

## I

Neste trabalho se objetiva realizar um escrutínio cuidadoso das principais categorias que conformam o pensamento de Helmut Reichelt no que se refere ao caráter conceitual da categoria marxiana de *capital*. Segundo o autor contemporâneo, o decisivo seria discernir o talhe lógico que supõe sustentar a argumentação de Marx. Tal tese encontra desdobramento argumentativo uma de suas obras recentemente traduzida entre nós, *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx*. A partir da discussão dos pressupostos e implicações desta suposição pretende-se compará-la ao consignado no próprio texto marxiano. O que se busca aqui é aferir no exame de seus elementos constituintes o grau em que o autor alemão contemporâneo efetivamente se aproxima do teor analítico de Marx. Concomitantemente, espera-se explicitar Reichelt quanto dele se afasta, em especial porquanto atribua um papel resolutivo e determinante a um aspecto que seria antes *determinado*: o *modo de apresentação* das categorias do capital, como modo social de produção objetivamente existente. Certos problemas que travejarão as discussões no interior do marxismo, em determinados contextos históricos e práticos, têm origem, ao menos também, na tematização ora escrutinada. O que mais destaca, sem dúvida, é o do debate acerca da natureza da relação entre supostas instâncias *lógicas* e *históricas* na presumida montagem epistemológica da teorização marxiana. Determinadas “leituras” de *O Capital* encontraram neste pretense problema hermenêutico mote para considerar ou interpretar a crítica da economia política como uma descrição quase histórica, logicamente expressa, do desenvolvimento efetivo do modo de produção. O aspecto

que abre caminho à discussão do pensamento de Reichelt é que ele pretende explorar as diversas vias do que, constituiria o processo de elaboração lógica do conceito de capital.

Inicialmente, é possível observar pontos considerados positivos na abordagem a ser discutida. Primeiramente, a sua aproximação interpretativa não considera a elaboração marxiana como uma coletânea conceitual ordenada de modo externo às categorias como elementos determinativos. Diferentemente, concebe-a como posta por uma articulação eivada de necessidade interna, derivada da compreensão primeira da realidade do objeto como *totalidade social orgânica*. Portanto, as categorias não seriam meros resultados coletados *empírico-indutivamente*, subsumidos numa ordem articulatória proposta *a priori* e independente em relação à coisa, como forma mais ou menos arbitrária e de talhe subjetivo. Ao reverso, somente podem ser entendidas como *momentos* determinados da articulação de um todo no interior do qual os elementos categoriais se remetem reciprocamente.

Além disso, Reichelt tem igualmente o mérito de não cindir abstratamente Marx em “jovem” e “velho”, como figuras contrapostas reagindo à tese althusseriana da *coupture*.<sup>1</sup> Entretanto, parece que, não obstante isto, ele acaba por concatenar os períodos de constituição do pensamento marxiano, sem identificar os momentos de inflexão que naquela se verificaram. Evidentemente, a obra de Marx exhibe claras linhas de continuidade, assim, em nada se parecendo com uma crise em operação perpétua. Por uma parte, foi o processo histórico de constituição de um determinado padrão específico de cientificidade e de reflexão, no qual estão conformados os conceitos e figurações teóricas

que podem ser alterados, aperfeiçoados, cunhados e até mesmo abandonados. Mas, de outra parte, tratar todo este processo como uma *continuidade* em oposição a uma *descontinuidade* sem mais pode não permitir entender certas diferenças importantes, tanto da conformação do que Chasin denominou de *estatuto ontológico* quanto dos momentos conceituais particulares e atinentes a cada problemática a qual Marx voltou sua atenção como cientista e pensador.<sup>2</sup>

## II

Feitos os devidos reconhecimentos, é importante assinalar que, conquanto os méritos indicados acima, Reichelt parece não atinar plenamente para a amplitude de significado que a determinação de *crítica* efetivamente teria no contexto da elaboração marxiana. Considera-a uma antessala ou um momento propedêutico para o que seria a construção de uma nova versão mais acurada de *economia política*. O que transparece com clareza na seguinte passagem:

A tarefa da teoria econômica é dismantelar essa falsa aparência, e demonstramos com alguns exemplos da crítica marxiana à teoria burguesa clássica em que medida ela a cumpriu com êxito. (...) A isso Marx também atribui que o método da teoria burguesa sempre permanece exterior ao seu objeto, e isso, por sua vez, tange a forma de exposição do processo global.<sup>3</sup>

Não! O máximo a que uma elaboração teórica como a da Economia Política Clássica poderia aspirar, tendo em vista os estritos limites do iluminismo empirista seria formular descrições das formas

imediatas dos fenômenos da produção da riqueza. Em outros termos, encontrar no contexto das relações econômicas tais quais estas *se apresentam* “casos” que poderiam confirmar a vigência abstrata da lei da troca de equivalentes, demonstrar a dedutibilidade daqueles a partir desta regra geral. Neste sentido, ultrapassar o nível das *Erscheinungsformen* é uma meta conspícua da *crítica* daquela cientificidade. Não deixa de ser curioso, e ao mesmo tempo elucidativo da adstrição típica das posições epistemicamente conformadas, que Reichelt atribua ao exercício em geral das ciências econômicas algo que somente poderia ser resultante de uma cientificidade crítica; daquela que se põe além do posicionamento (*Standpunkt*) das ciências “normais”. Por conseguinte, essa não deve ser entendida como uma nova versão das teorias econômicas. Não por acaso, a importância de Ricardo para a aferição de cientificidade é um dos pontos centrais da *crítica*. De certo modo, o pensamento ricardiano expressa concomitantemente tanto a força científica da economia política, como seus limites, aporias e inviabilidades. Ele foi um dos poucos, senão o único, que atinou para a determinação das relações sociais se expressando pela forma das categorias imediatas da produção e da circulação, como na dinâmica inversamente proporcional entre salário e lucro, por exemplo. O que ilustra potência e impotência da economia política clássica. Uma vez que a proporcionalidade inversa em tela, como tal, não é tomada como problema a ser clarificado, mas é apresentado ao modo de um traço natural da produção. A crítica marxiana, por seu caráter específico, supera em muito o nível de uma objeção procedimental, no sentido de “corrigir” a cientificidade em seus elementos frágeis.

No que respeita à formulação de Reichelt, é importante esclarecer que não se discutirá *A Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx* em sua integralidade, mas somente algumas passagens do capítulo 3 – *A Exposição Categorical* – que tenham conexão direta com a tese de um arcabouço categorial de caráter lógico a partir do qual se erigiria o entendimento crítico do modo de produção capitalista. Neste sentido, a determinação principal a ser discutida aqui é a centralidade atribuída pelo autor alemão ao estatuto lógico das categorias de *O Capital*. O que se encontra explicitado pelo próprio título do subcapítulo, enunciando em sua formulação o caráter epistêmico e tradicional da discussão: *Sobre a relação entre método lógico e método histórico*. O padrão científico marxiano seria fundamentado epistemologicamente a partir do cruzamento de dois métodos de teorização que possuiriam estatutos teóricos diversos, em independência relativa, que se articulariam perfazendo o discurso da *crítica*. De um lado, porquanto o procedimento do estudioso alemão se cifre pela busca da fundamentação epistêmica da analítica de Marx, o problema do exame do *modo específico* do atualmente existente – a concatenação das categorias da produção do capital – é transmutado em uma questão cuja *démarche* se situaria enfim no terreno de um modelo *a priori* de articulação das categorias. No caso em tela, propriamente lógico. De outra parte, o concreto apenas apareceria em sua tessitura histórica, como uma série de eventualidades mais ou menos conectadas pelo decorrer de suas temporalidades. O capital possuiria então a contextura tão somente de um *conceito*, de uma formação puramente ideal, não necessariamente vigendo como tal na produção social objetivamente levada a efeito. A categoria por isso teria apenas

uma forma *in mente*. Deste modo, o juízo que Marx faz sobre os desenvolvimentos e implicações teóricos da Economia Política, a qual teria como cientificidade frente à produção, tomada em sua imediaticidade como uma *forma natural*, o escopo de “desmantelar essa falsa aparência”, é compreendido por Reichelt num registro estritamente epistemológico:

[...] o fato de ainda assim acabar capitulando se deve à circunstância de não ter discernido a *natureza das categorias*. A isso Marx também atribuí que o método da teoria burguesa sempre permanece exterior ao seu objeto, e isso, por sua vez, tange a forma de exposição do processo global. Marx aborda apenas marginalmente esse assunto, mais propriamente apenas quando trata de Ricardo. Ele o elogia, como já expusemos, por causa da rigorosa coerência do seu procedimento, mas, ao mesmo tempo, indica que ele toma as categorias a partir do campo empírico, pressupondo-as como dadas (em vez de primeiro desenvolvê-las), para demonstrar a sua “adequação à lei do valor” (grifos nossos).<sup>4</sup>

Ele não atina, portanto, que à base da *crítica* jaz um pressuposto de caráter ontológico, relacionada à definição do que seriam as próprias categorias, para aquém de sua forma meramente ideal. Desta feita, a crítica de Marx aos economistas, a identificação das insuficiências inerentes ao *Standpunkt* clássico, estaria restrita à demarcação conceitual de uma lacuna de cunho lógico. Logicidade essa diretamente entendida como questão teórica autônoma, o modo de resolver-se metodologicamente a aproximação da produção *como* objeto do conceito. O desenvolvimento das categorias seria sustentado por uma armação de tipo lógica, na qual as contradições seriam desveladas em função de um esquema de concatenação previamente delineado à própria analítica. A

produtividade científica, no fundo, derivar-se-ia do manejo competente de uma imagem estrutural das categorias. Estas se remeteriam reciprocamente, estariam conectadas e se interpenetrariam como resultado do método ou do pressuposto lógico. As relações de determinação pertenceriam não tanto à esfera da descoberta propriamente dita, mas sim àquela do procedimento atributivo. O que pode evidenciar-se do acompanhamento mais cuidadoso das elaborações da *crítica marxiana* é antes algo de todo diverso.<sup>5</sup>

Outra questão, a da *natureza das categorias*, que aparece nomeada por Reichelt é de central importância para o entendimento do caráter de ciência das elaborações marxianas. Entretanto, o estudioso acaba resolvendo-a pela atribuição de um teor lógico, não obstante sem reduzi-lo ao entendimento puramente formal dos encadeamentos argumentativos. A dialeticidade hegeliana faz com que o conteúdo invada de maneira essencial o próprio encadeamento lógico. Ou seja, a lógica como tal se despe de sua aparência vazia, de sua formalidade neutra, para ser *desenvolvimento*. Isto constitui um mérito inequívoco do filósofo do *Espírito*. No entanto, conforme Marx pontua criticamente, a partir da *Crítica da Filosofia do Direito* e segue fazendo até as *Glosas Marginais ao Tratado de Economia Política de Adolph Wagner*,<sup>6</sup> o conteúdo efetivo do mundo acaba sendo integrado ao sistema especulativo como uma *coisa* cuja essência mesma é lógica. Não seria então uma lógica configurada pelo mover-se das coisas que mudam, mas a mudança das coisas (entes, processos, relações) empuxada em seus subterrâneos por um princípio lógico de movimento em geral, o qual seria no fundo *o ser*. Uma dada atividade possível ou sofrível pelos entes, uma *determinação*,

transmuta-se filosoficamente em ser. A decidida oposição marxiana à especulatividade não se arrima numa pretensa lacuna lógico-epistêmica ou incongruência sistêmica, algo até registrado na *crítica* de 1843, e sim na distinção naquilo a que as categorias remetem *como* conteúdo efetivo.<sup>7</sup> Em outros termos, a pressuposição da objeção de Marx é eminentemente *ontológica*, atinente à determinação do ser das coisas às quais a teoria precisa enfrentar. Desta maneira, a resolução pertinente do problema do conhecimento no pensamento marxiano, e de seus métodos possíveis, está determinada por elementos constantes de um registro de todo anterior à seara epistêmica. Cotejando-se formulações pertencentes às diversas fases de constituição do pensamento propriamente marxiano, percebe-se que, a partir de meados de 1843, dá-se a construção progressiva de um padrão categorial, o qual permanece vigendo, não obstante os adensamentos e alterações de elaboração conceitual particular oposto ao idealismo. Este padrão reflexivo afirma decididamente a inegociável prioridade do ser em relação à consciência e ao conceito. Assim, a matriz categorial dos conceitos, a delimitação da natureza do *Dasein* que é transformado em *objeto*, sua concretude ôntica, é que permite a circunscrição da esfera dos procedimentos e de suas regras de validação. Marx, é o que se tenciona mostrar mais à frente, recusa a primazia habitualmente concedida à gnosiologia e ao método.

Este problema, relativo ao caráter propriamente ontológico das categorias da crítica da economia política, Reichelt parece não perceber ao enfrentar analiticamente a discussão marxiana da *exterioridade* do empirismo abstrato para com o objeto de seu exame: “Ainda não trataremos aqui o que se deve entender por 'elos intermediários

necessários' nesse contexto; essencial é, muito antes, a indicação de que um método que assume exteriormente as categorias terá de levar a um modo de exposição necessariamente falso do processo global".<sup>8</sup> Isto levanta dois problemas, distintos, mas interconectados: 1 - o problema da *exterioridade do método* é o problema propriamente dito, ou, antes, seria um indicativo de outro mais essencial? Trata-se de uma lacuna oriunda única e exclusivamente da fundamentação metodológica? 2 - Seria a subsunção do material à positividade lógica da dialética especulativa o único meio eficaz de sanar o tangenciamento empiricista das determinações categoriais? De possibilitar a apreensão e a apresentação adequadas da concatenação das categorias? Não se poderia, diversamente, conceder que a analítica das *Daseinsformen*, por si mesma, possibilitasse a captação e o reconhecimento das relações processuais existentes entre as categorias? Em outros termos, a análise das formas do existente, feita sob a regência do concreto particular, historicamente determinado por sua *differentia specifica*, pode muito bem abrir caminho para a apreensão também das "regras" do remetimento recíproco das categorias. Isto, sem evidentemente a *promesse de bonheur* provinda dos sortilégios místicos "do método". Neste diapasão, Reichelt parece superestimar demasiado o papel da remissão positiva a Hegel. Tematizado de maneira sistemática e, ato contínuo, falseado pelo padrão especulativo da identidade entre ontologia e método, a questão da determinação é integrada como elemento importante na análise da economia clássica feita por Marx. O estatuto da existência da empiricidade como tal, ou do que esta aponta no contexto da representação e da intuição imediatas não constitui, ele mesmo, um

assunto de análise ou de reflexão para a economia britânica. Nos limites do iluminismo empirista, a datidade é tomada e manejada como uma evidência natural, cujo processo de gênese e de legalidade de funcionamento se encontraria para além de qualquer investigação possível. Para Marx, em oposição, o empírico imediatamente dado, existente e finito pressupõe para ser como tal um conjunto de relações, de um lado, historicamente engendradas, e, de outro lado, que existem como determinações mais essenciais no processo de produção, mas que não são imediatamente visíveis.

Esta delimitação parece remeter direta e necessariamente à *démarche* hegeliana. E o é certamente. No entanto, isto só é verdadeiro parcialmente; enquanto posição do problema da determinação à cientificidade da economia política, mas não na forma de sua solução, especulativa. *Bref*, a indeterminação das categorias da produção em sua particularidade histórica é deveras um déficit do *approach* clássico, no entanto a mera importação do modo especulativo de sua vigência não o soluciona. Porquanto parta de um entendimento do ser e das categorias como “exato oposto” daquele do de Hegel, Marx de maneira nenhuma nega espessura de realidade concreta a este empírico como tal. Menos ainda transforma o processo pelo qual o sujeito concreto - vivo e ativo - conhece em processo idêntico àquele de dação de realidade como tal. A cognição se apossa do efetivo como processo de síntese, exatamente porque aquele o é na realidade imediata, não obstante não se possa no nível da prática direta, da intuição e da representação compreendê-lo em sua rede de determinações. A existência imediata da totalidade de elementos e relações efetivas é o pressuposto objetivo da própria

tematização. Uma pressuposição ela mesma atualidade finita, advinda processualmente no decurso histórico, de todo diferente de uma eternidade natural ou de um puro dado da intuição e da representação a ser medido e manipulado subjetivamente. É possível reconhecer uma tríade temática no pensamento marxiano composta de *processualidade histórica* na qual se engendraram formas de vida socialmente determinadas, de *finitude atual objetivamente determinada*, mas tão somente capturada na experiência imediata como datidade existencial no nível pré-científico, e por fim, de *apreensão categorial*, resultado dos passos de uma viagem cognitiva que se eleva da empiricidade abstrata à concretude compreendida pelo pensamento a ser reproduzida no corpo de uma teoria. Estes três elementos perceptíveis no exame da tematização marxiana dos economistas é convertida por Reichelt, quase que kantianamente, numa relação entre dois extremos ou duas instâncias passíveis de exterioridade. De um lado, a facticidade histórica decorrida como pressuposto de um existente dado, e, de outro lado, a cientificidade exercitada ao modo de um construto lógico de termos, cujas conexões não necessariamente se referenciarão pela efetividade do que se enfrenta cognitivamente, mas antes decorreriam de uma “leitura” que incorpora as abstrações pela matriz epistemológica da contradição. O caminho de apreensão objetiva de nexos igualmente objetivos efetivamente existentes estaria vedado à teoria. A crítica marxiana à indeterminação categorial dos economistas teria por corolário necessário a conformação de um método expositivo que se situaria do ponto de vista da articulação procedimental para com as categorias. Marx teria produzido então sob a inspiração hegeliana uma composição lógica de

interpenetração categorial, uma dialética conceitual das categorias do capital. Quando, em verdade, o que se encontra consignado já desde 1857 é exatamente a objeção com relação a isto, como encadeamento possível, porém *superficial*: “Dies ist allerdings ein Zusammenhang, aber ein flacher”.<sup>9</sup>

Desta maneira, os “seus limites”, da forma dialética da exposição, estabelecem-se na exata medida em que se reconheça a não coincidência entre os processos de efetivação do concreto e aquele outro pelo qual *der Kopf* se apodera conceitualmente dele. A exposição tem sua validade conferida não em virtude de uma norma de coerência interna, mas sim de sua correspondência conceitual para com o complexo categorial que existe como ente/processo independentemente do pensamento. O modo como as categorias se interpenetram e se interdeterminam deve ser exposto como articulação categorial pensada. Como “intuição” teórica da identidade/não-identidade das categorias, da elaboração conceitual dos movimentos de diferenciação processual, a dialética hegeliana pode fornecer, em termos gerais (e somente como generalidade formal, nunca como conteúdo determinativo), certos elementos úteis à construção daquela apresentação da articulação das categorias. O que é aferido novamente como uma suposta relação transcorrida apenas entre dois registros:

[...] a existência de um conjunto de trabalhadores assalariados livres constitui o *pressuposto para a elaboração conceitual do sistema capitalista global* na forma da *exposição dialética das categorias*, mas que essa forma de exposição, por seu turno, não é imediatamente idêntica à reconstituição da gênese histórica do capital e do trabalho assalariado livre. *Essa diferenciação entre a sequência lógica das categorias e a gênese*

*histórica do capitalismo* não se encontra na obra inicial, como vimos. É verdade que também ali se ressalta claramente que só com a separação completa entre a existência subjetiva e as condições objetivas de sua realização torna-se possível vislumbrar a estrutura da história, mas naquela época ele não conseguiu chegar à formulação teórica do curso real da história (grifos nossos).<sup>10</sup>

Cabe ressaltar, ademais, que se a relação entre o concreto dado e sua apresentação teórica existe, esta não se dá no pela formatação lógica do decurso histórico das categorias. Marx parte exatamente da não coincidência entre a explicitação das categorias na concretude do finito e todo o processo histórico que efetivamente o engendrou. A pressuposição do itinerário de longo curso pelo qual o conjunto de relações sociais do capital deveio em realidade não é reatualizada a cada ciclo de sua reprodução. Afora isso, a apresentação não é o desdobramento de elementos unitários numa sequência lógica em sentido estrito, e sim de uma determinada “lógica” de ser das categorias da produção numa totalidade particular, delineando uma *differentia specifica* bastante peculiar se cotejada com a vigência das categorias em outras formações societárias. Daí a função heurística que se pode observar no longo trecho das *Formen* dos *Grundrisse*. Não caberia compreendê-lo como um esboço de uma teoria “da História”. Antes, parece tratar-se, situando-a no contexto mais geral do esforço analítico de Marx, de um enorme exercício de comparação da vigência histórica das categorias em diversas formas de sociabilidade (anteriores e coetâneas) com a do capital. O que permite desfazer a aparência abstratamente universal com que estas se revestiam na cientificidade clássica da economia política. Sua universalidade existe, mas é antes efeito que fundamento dos

desenvolvimentos históricos. Por isso, a conformação descritiva de uma lógica da interatividade social capitalista é, em parte, o produto do procedimento analítico que abstrai das contingências da concretude. Entretanto, além disso, precisa, porquanto sua insuficiência conceitual, de passarem por um processo de concreção, de preenchimento de sua vacuidade analítica pela massa do mundo. Não são *tipos ideais* weberianos, pois precisam ser remetidos ao concreto aparentemente “dado” para valerem *como* categorias. Sem este roteiro complementar necessário, são abstrações no máximo, tão somente, *razoáveis*. Não respondem por si mesmas, positivamente, pelo entendimento efetivamente científico da produção.

As observações acima em absoluto encaminham no sentido da recusa do entendimento da história da constituição das categorias. Ao reverso, a apreensão teórica daquele roteiro histórico pode auxiliar na captura categorial do processo pelo qual o modo de produção atualmente existente deveio como tal. Conquanto a descrição dessa processualidade não responda por si pela compreensão da legalidade específica, nem a elaboração dos *Gedankenkonkretums* categoriais correspondam àquela, por ela se faculta a captura teórica das circunstâncias efetivas em que se deveio a estrutura da produção social do capital. Entretanto, é importante sempre adverti-lo, a analítica anatômica da sociabilidade capitalista de modo algum se constrói por uma genealogia. O capital não é, para Marx, uma “essência” transtemporal que “se” atualiza “pelo” desenvolvimento histórico. Ao contrário, é uma *forma específica* da produção, na qual esta se cifra pela produção do excedente em valor. Forma que, evidentemente, não se

pariu por *generatio æquivoca*, foi antes resultado de uma reconfiguração ontológica de formas anteriores. Reelaboração essencial que remodulou, e remodula, todas as demais categorias que fazem parte sobre a regência de sua *preponderância* (como *übergreifende Moment*). Isto o atesta, *exempli gratia*, o caso da categoria *dinheiro* numa já célebre passagem da *Introdução de 1857*. A história da efetivação da totalidade social contemporânea tem inclusive um papel heurístico fundamental na medida em que propicia a identificação e intelecção das diferenças particulares e essenciais entre o *modo* como as *formas* da produção vigem em momentos históricos e configurações societárias diferentes daqueles do capital. O que, por contraste analítico, torna palpável o quê afinal torna as relações capitalistas formas históricas e específicas de produzir a vida humana. Descontado este papel decisivamente produtivo do aporte histórico e historiográfico, contudo, permanece o fato de que no interior da exercitação marxiana, o mais central constitui a detecção analítica da *differentia specifica*. Ou seja, a apropriação do concreto existente como *concreto pensado*, com suas determinações inerentes, imanentes e particulares.

Neste diapasão, o aspecto mais problemático da aproximação proposta por Reichelt é exatamente tomar aquele tracejamento das linhas fundamentais de articulação das categorias numa totalidade ao modo de uma lógica de termos conceituais. Algo que Marx recusa, à profusão, em vários momentos dos *Grundrisse*, indicando a si mesmo a necessidade de retomar criticamente o modo mesmo da apresentação a fim de evitar a aparência de uma pura *dialética de conceitos*.<sup>11</sup> O que de maneira alguma invalida certas precisões mais pontuais, acerca da categoria *capital*, fixadas

pelo estudioso alemão. Em especial, ao assinalar explicitamente que para Marx o capital tem também a função de apreender a totalidade real do *trabalho social*, pelo qual se delimitaria efetivamente a vigência e o poder relativos dos capitais individuais e dos processos de trabalho/valorização singulares, conforme a peculiar divisão social capitalista:

Em si os múltiplos objetos são produtos do trabalho social global que se decompõe numa totalidade de ramos específicos de trabalho. Porém — e isso é essencial —, eles não aparecem como tais. De modo imediato os produtos são meramente coisas concretas de uso, produtos do trabalho individual, que não aparentam ser parte de uma unidade; que uma parte do trabalho social global foi despendida para sua confecção. Mas caso se pretenda repartir o tempo de trabalho que está à disposição da sociedade global pelos diferentes ramos de produção, tendo como parâmetro determinadas estruturas de necessidade, isso só será possível se os diferentes produtos se manifestarem como expressões quantitativamente diferentes da mesma unidade. *Essa é a ideia-chave da teoria marxiana do valor e do valor* (grifos nossos).<sup>12</sup>

Reichelt é bastante feliz ao ressaltar este lado do problema da determinação, apontando o caráter de particularidade como algo essencial ao entendimento marxiano da categoria capital. Uma particularidade histórica que é, como tal, universalidade categorial de um dado *modo de produzir* a vida, a produção da riqueza *como* valor valorizado. O modo de ser de uma totalidade social, orgânica, travejada pela relação de alienação das capacidades de objetivação humana, sinteticamente existentes e apresentadas na forma de uma *Arbeitskraft*. A qual cria simultaneamente *valor de uso* e *valor*. A valorização é exatamente o ato concreto de uma potenciação abstrata do trabalho humano que toma as

condições, controladas capitalisticamente, como expressões de um *quantum* de dinheiro a ser endinheirado, incrementado, *capitalizado*. Resta frágil, porém, toda esta demonstração na medida que se a supõe ser dedução de uma “ideia-chave” “da” teoria, e não a apresentação de uma totalidade concreta *na forma do* pensamento.

### III

Apresentados os desdobramentos anteriores, faz-se necessário discutir o modo como Reichelt entende a assimilação teórica da totalidade da produção social. Antes do mais, é decisivo repisar que Marx se coloca de maneira frontalmente crítica à especulatividade hegeliana. Recusa a dúplice pressuposição da lógica como ontologia.<sup>13</sup> Esta última pressupõe por uma parte a suposição da imanência do esquema como princípio da realidade. E, por outra, a tese de uma transparência total pela via da identidade sujeito-objeto, na reconciliação de suprema epifania apocalíptica do espírito consigo mesmo. Resta, então, a Reichelt unicamente possibilidade da atribuição lógico-epistemológica, como procedimento de tratamento de um finito dado. Resultante de um decurso histórico, mas ele por si mesmo absolutamente *intransparente* ao entendimento. Por esta via, a afirmação da existência duma totalidade da produção parece possuir por isso validade apenas epistêmica. De maneira nenhuma corresponderia à concretude existente, no *Dasein*, da produção do capital. Seria, por conseguinte, tão somente uma “ideia-chave da teoria”. Isto pode ser observado no modo como o intérprete contemporâneo expõe o desenvolvimento elucidativo da forma valor na relação entre as mercadorias:

[...] como as diferentes formas naturais de cada uma dessas mercadorias são apenas formas equivalentes específicas ao lado de outras, os muitos trabalhos sensíveis concretos são tidos como outras tantas formas de manifestação específicas do trabalho humano. Só existem, portanto, formas equivalentes específicas, cada uma das quais exclui a outra, cada uma sendo forma equivalente limitada. Assim sendo, o valor de uma mercadoria possui forma total de manifestação na totalidade de todas as formas de manifestação específica, mas essa forma de manifestação não é uma forma unitária. Contudo, ao expressar o seu valor na totalidade de todas as demais mercadorias, a própria mercadoria se converte em forma de manifestação do valor de todas essas mercadorias. Desse modo, o problema está simultaneamente resolvido. Visto que todas as mercadorias expressam o seu valor de modo simples (num só corpo da mercadoria) e de modo unitário (no mesmo outro corpo da mercadoria), elas também se apresentam umas para as outras como expressões específicas da mesma substância. Mediante a sua igualdade com a forma natural de determinada mercadoria, cada mercadoria individual expressa o seu valor não só numa forma unitária, diferente do seu valor de uso, mas simultaneamente também como aquilo que ela possui em comum com todas as mercadorias. Somente agora o valor adquire uma forma diferente de sua forma natural, cuja universalidade corresponde à do conceito de valor.<sup>14</sup>

Em outros termos, somente na vigência de uma posição nova, que supere os inevitáveis limites do *Standpunkt* da normalidade aparente do próprio objeto da economia política, *sua crítica*, é possível não apenas ultrapassar aqueles óbices, mas esclarecê-los. Marx pretende inaugurar, a partir de uma angulação crítica com relação à própria concretude que cabe compreender, teorizar e explicitar cientificamente. Não é a remoção de uma forma de metodologia em benefício de outra, e sim de um

entendimento diferente acerca do estatuto do objeto social como tal. Coisa a qual, obviamente, tem consequência igualmente para o terreno procedimental, *exempli gratia*, na delimitação do esforço de dilucidação conceitual explicativa como centro da cientificidade e não tanto a coleta ou tratamento de dados. O que Reichelt em sua tentativa de desvelamento de um princípio lógico parece não dar o devido valor. Veja-se, por exemplo, como entende as objeções de caráter metodológica dirigidas por Marx a Ricardo, como se estas encontrassem sua fragilidade num suposto terreno interno da coerência teórica e/ou do método:

Ele o elogia, [...], por causa da rigorosa coerência do seu procedimento, mas, ao mesmo tempo, indica que ele toma as categorias a partir do campo empírico, pressupondo-as como dadas (em vez de primeiro desenvolvê-las), para demonstrar a sua “adequação à lei do valor”.<sup>15</sup>

Ricardo cederia afinal ao espírito de sistema, na medida em que fenômenos deveriam, para ele, “decorrer” como casos da lei do valor. A determinação é unívoca e se sustenta no fim das contas o valor como “categoria em última instância”. O que efetivamente se verifica numa posição científica cujo arrimo da objetividade das categorias, flagráveis por meio da investigação da empiricidade, seria a sua suposição como *formas naturais e eternas da produção*. A história progressiva de seu devir seria, paradoxalmente, um roteiro de instauração daquilo que, entretanto, deveria como *objetividade natural*, sempre ter vigorado na produção humana. Um complemento curioso do empirismo positivo da economia política é exatamente a suposição de uma vigência eterna de leis,

inalteráveis padrões universais que afinal tornariam a produção o que esta *deve ser*.

Frente ao *standard* do *empirismo ainda demasiadamente abstrato* da Economia Política, o reconhecimento da totalidade como instância de determinação categorial, provinda do pensamento de Hegel, é decisivo. O *capital em geral* seria mais que um universal natural vigendo ao modo duma essência abstrata, põe-se antes como o caráter determinativo mais preponderante. Por meio deste as categorias ganhariam sua densidade própria nos diversos contextos da totalidade da produção, teriam estabelecidos seus parâmetros de remetimento recíproco. Assim como, e mais importante, delimitar-se-ia o *peso específico* de cada categoria simples numa concatenação particular. Certamente, a reflexão hegeliana tem o papel de um aporte crítico de natureza filosófica à aproximação radical aos temas e procedimentos científicos dos economistas clássicos pretendida por Marx. Entretanto, a compreensão correta deste problema de *fundamento* da cientificidade social não é resultado do exercício de um novo método, ele mesmo, de natureza formal, o qual estaria arrimado numa propositura lógica *a priori* de articulação das categorias. Ou seja, não se trata de uma operação hegeliana de cunho lógico-heurístico no coração da crítica marxiana. A questão da determinação categorial ou do *ser determinado* não pode ser simplesmente deduzida de uma pretensa exercitação magistral das intuições lógico-idealistas de Hegel no contexto das discussões da “economia”. O que poderia resultar numa monstruosidade epistemológica, porquanto, e Marx o sabia bem – como ele o explicita nos textos de apresentação do Livro I de *O Capital* –, o esquematismo lógico da *Ideia* somente seria passível de “aplicação”

abstrata abrindo-se mão arbitrariamente do caráter próprio desta armação: sua identidade visceral, de natureza ontológica, para com o conteúdo concreto. A coisa, o mundo, o real é racional, porque reciprocamente o racional *é* real. A racionalidade não é neste contexto teórico, o da *especulação*, uma faculdade (como no registro kantiano), uma instância transcendental da natureza humana. Ou, uma modalidade de relação dos indivíduos com o mundo, mediado pelo funcionamento de seu cérebro humano vivo socialmente determinado; o que parece ser o caso de Marx. Ao contrário, da posição especulativa, seria a essência do mundo como ordenação imanente. O mundo verdadeiro é razão, substância infinita, da qual a diversidade de leis, estratos, mediações, emergências e formas humanas de ideação e de materialidade seriam *modos* finitos de expressão. Essenciais para o ser racional da coisa, os quais, entretanto, frente a esta são “apenas” modalidades abstratas, incompletas, não-*verdadeiras*, carentes de ser e, portanto, desprovidas de espessura ontológica.

Marx fará já no contexto dos inícios desta fase da elaboração de seu pensamento, em 1857, objeção crítica da própria concepção hegeliana de totalidade real. Esta não é um pressuposto extramundano em *des-envolvimento* na *forma de mundo*, e menos ainda é um resultado da laboração do pensamento:

[...] Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um

concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto.<sup>16</sup>

A ilusão (*Illusion*) hegeliana, não obstante, de modo algum proviria de uma falha metodológica, de um óbice autoengendrado na esfera do conhecimento teórico, de teor meramente procedimental. A crítica marxiana a um padrão considerado empírico demais não se dá a partir do *Standpunkt* da reflexão hegeliana. É muito mais profunda que isto e deita suas raízes no exame dos modos de supor o ser, os quais fascinadamente podem ser encontrados em posturas tão díspares quanto a visada do *Espírito Absoluto* e a do empirismo britânico que dará origem entre seus frutos ao positivismo e ao pragmatismo. Marx põe sobre o crivo a ideia mesma de que o imediatamente sensível seja falso (“abstrato” em termos hegelianos) ou possa resumir-se a um conjunto de manchas empíricas a ser consolidado “como” conhecimento *a posteriori* pela atividade ideal-esquemática da subjetividade organizada metodologicamente. De um lado, a Economia Política tenha a virtude de exercitar a cientificidade na direção do dado das relações recusando qualquer postulado psicológico ou moral. E, de outro lado, a crítica hegeliana aos postulados transcendentais kantianos na direção de uma determinação categorial efetiva que supere a instância atributiva signifique a afirmação de uma possibilidade cognitiva. Conquanto isto, ambas as posições padecem de uma desvalorização idealista ou empirista do que constituiria a concretude do *dado*, convertem o existente ora em pura datidade, ora em epifenômeno. Fazem assim cada uma a seu modo, daquela mera plataforma do agnosticismo operado gnosiologicamente, uma vez que no empirismo o dado não tem substância e no hegelianismo

sua substancialidade está necessariamente apartada dele como concretude *aí*, como *Dasein*. O existente é então desidratado, desnaturado e perde sua espessura de ser. Ou bem o ser é identificado negativamente a um pressuposto metafísico, por isso não-científico. Ou bem, o é metafisicamente afirmado como “mais verdadeiro” do que “aquilo que é”, sendo o ente/processo apenas uma *imago* perecível e, no mínimo, insuficiente frente à infinitude do verdadeiro. De todo modo, o existente é rebaixado a um abstrato, num caso a ser indefinidamente manipulável metodologicamente, num outro, a ser integrado como simples ponto de passagem. A posição marxiana, ao recusar a via do empirismo, nem por isso acede àquela do *Espírito*. Posiciona-se assim, não obstante admita conquistas teóricas importantes advindas dos dois *Standpunkte* reflexivos. Marx os expõe à *crítica categorial* propriamente materialista (ou imanentista), tendo como seu traço inegociável a inerência da articulação categorial ao existente. O ser somente o é porque o é de um existente. Daí parecer insustentável a imputação de um logicismo de extração especulativa, ou mesmo uma herança de princípio lógico, à base da crítica marxiana da economia política.

## Conclusão

Normalmente ignorado ou tratado como evidência nebulosa de uma filiação a Hegel, o momento imediatamente anterior da *Introdução de 1857* deixa claro o teor materialista de seu *posicionamento*. O reconhecimento da dignidade de ser do finito permite recolocar em perspectiva a posição marxiana frente aos dois paradigmas enfrentados a um só tempo pela crítica da economia política:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação.<sup>17</sup>

Vemos que não se trata de explicar os fenômenos pela via de uma determinação dialeticamente construída pelo intelecto como num *método* ou de entendê-lo como uma totalidade dialética *a priori*. Antes, a posição marxiana procede a uma requalificação do *quê* Hegel e a Economia Política poderiam entender como *concreto*. O concreto que cabe cientificamente abordar não é obra do pensamento, seja daquele empirista, seja daquele especulativo. A concretude é atributo do existente atual. O concreto é antes uma síntese real, finita, o qual existe de maneira autônoma aos atos do pensamento pelos quais os sujeitos vivos e ativos pretendam abordá-lo e reconstruí-lo cognitivamente. Por esta razão, as atividades cognitivas, práticas ou cientificamente configuradas, somente podem efetivar a sua apresentação como síntese. Não é a concretude inicial um abstrato, ao modo desidratado do dado como o apresenta a empiria. E sim a efetividade de uma síntese categorial *por-si*, processualidade entificada ou entificação processual. O pensamento é que a enfrenta no nível da cotidianidade imediata na forma de dado; conquanto inicialmente apenas neste nível de aproximação. As determinações estão nela na forma duma totalidade finita e, por assim dizer, *at*; por isso, *Da Sein*. A pressuposição de Marx é de natureza ontológica e não um simples caminho da cognição. O existente atual é

uma configuração categorial por si, possui, de acordo com a especificidade de cada diverso, em graus diferentes, autossubsistência ontológica. O finito é assim *o que é*, e é em virtude dele que as determinações e atividades podem sê-lo. O reconhecimento da finitude está na base da exercitação marxiana e constitui o fundamento de seu *Standpunkt*.

Deste modo, a atividade científica para Marx não é resolvida mediante sua ancoragem lógica num desenho conceitual prévio da totalidade. Depende, diversamente, do aporte do conhecimento por via analítica das categorias que integram a realidade em sua concretude, para aquém da sua forma imediata de aparição, no nível da prática cotidiana, da intuição e da representação. Fazer ciência, como *crítica*, é fazer aparecer as *formas* pelas quais a concretude imediata se determina como totalidade orgânica, concatenação necessariamente determinada pela preponderância da forma social da produção da riqueza: o *capital*. Este que se expressa atomicamente, de modo celular, em mercadorias. O vocábulo *forma* aqui tem uma espessura conceitual diversa daquela que se configura dentro de uma teoria do encadeamento em geral de termos, circunscrita dentro de relações abstratamente configuradas e organizadas. Forma é tradução de *eidōs*, ou seja, da categoria como *Daseinsform*, uma determinação do ser do que existe, do existente atual, em sua finitude efetiva e em seu aparecimento empírico. Ainda que o conceito de capital possua uma armação lógica nos quadros da teoria, esta expressa, ou precisa expressar, aquela de caráter ontológico, que perfaz a efetividade vivida das relações de produção e reprodução econômicas da vida humana. O capital, como *categoria*, na elaboração marxiana, é de todo

diferente de uma figuração conceitual autônoma ou *a priori*. É o resultado do processo de captura e depuração categorial de diferenças específicas e preponderâncias reais existentes *in fact* no processo social de produção. Aparece na análise categorial como forma preponderante da interatividade social, meta da atividade produtiva e modo de controle e regulação societários. Daí que todos os momentos da produção e da reprodução social da vida tenham de tomar, ainda que em muitos casos somente *formalmente*, a fisionomia do capital. A acumulação da riqueza *como* capita decide no fim das contas da pertinência social ou não de nichos produtivos, técnicas, formas organizacionais, capacidades individuais e grupais; enfim: dá o veredito categórico e assertório da procedência ou não dos elementos constituintes da vida social moderna. É o juiz salomônico dos usos e abusos das forças produtivas sociais. Exige de tudo e todos, de sujeitos, comportamentos, coisas e relações a sua *díxis* de eficiência e eficácia para a reprodução em escala cada vez mais temporalmente ampliada do valor das condições objetivas da produção. O conceito de capital como forma pensada de uma determinação preponderante real precisa capturar e expressar a diversidade de conexões, graus, interdependências e ponderações efetivamente existentes na síntese concreta, no *Dasein* da vida social. Por isso, “o” capital não aparece na trama analítica e expositiva marxiana como *um* conceito unívoco, autoidêntico e universalmente substancial. Ao contrário, depende em seu desdobramento investigativo e sua apresentação conceitual da identificação das relações de determinação recíproca pelas quais a forma capital *é forma do processo*, em sua totalidade e nas diversas dimensões da produção social de riqueza (no processo de

trabalho/valorização, na circulação, nos circuitos de realização, nas modalidades formais desdobradas, etc.).

*Bref*, este é um problema cujo núcleo reside não, primeiramente, na resolução metodológica ou lógica das categorias, mas na relação destas com os contornos categoriais particulares e determinados que os elementos e interações expressos por aquelas têm na realidade concreta e específica do capital. As categorias perdem sua aparência imediata de natural ou em geral para revelarem seu conteúdo historicamente determinado e situado num complexo finito e atualmente existente. A possibilidade de se ultrapassar “o horizonte metodológico de Ricardo” não é ela mesma resultante de uma mudança puramente epistêmica, mas precisa esta última expressar uma reconfiguração da compreensão do escopo das categorias e da determinação sempre concreta e finita delas num dado contexto societário da produção da vida humana. Esta compreensão precisa capturar a *differentia specifica* da determinação capitalista das categorias da produção.

É uma questão eminentemente ontológica, ou seja, atinente ao estatuto das categorias na existência concreta dos complexos estudados; e ainda mais do que são categorias: *Gedankensformen* ou *Daseinsformen*? Afinal o que é o ser das coisas? Algo para além delas em sua finitude, uma “substância” imaterial? Uma ficção teórica? Ou a instância de determinação essencial na e pela particularidade real das coisas?

Partindo da pressuposição de que haja uma similitude entre o modo como o movimento de determinação categorial da exposição marxiana com a concepção hegeliana de sistema, o intérprete alemão sustenta como chave de compreensão a atribuição de uma estruturação

lógica, de talhe dialético. Apresenta-o como princípio de fundamentação da teoria marxiana do valor. Assim, em Marx existiria um paradigma lógico de encadeamento das categorias da produção capitalista onde *os momentos individuais da formulação global são determinados pelo todo até nos detalhes mais concretos quanto à sua posição bem definida no interior do todo*. Arguindo uma passagem na qual Marx determina o processo de apresentação categorial – qualificando-o de “dialético” – Reichelt intenta sustentar que haveria também aí de certo modo uma congruência entre o efetivo e a dialeticidade da teoria:

A exposição das categorias numa sequência determinada “pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como a sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico”, deve ser compreendida, por conseguinte, nessa forma simultaneamente como forma abstrata de exposição do processo que leva historicamente ao capitalismo.<sup>18</sup>

Reichelt intenta a partir da suposição desta similaridade, não tanto ao modo de uma analogia esquemática entre Hegel e Marx, elucidar a espessura categorial dos conceitos que constituem a totalidade do capital, como modo de produção. Sem dúvida, a categoria de totalidade desempenha na economia da cientificidade marxiana um papel importante. Aqui a “similaridade” é somente aparência, porquanto a delimitação do ser da coisa é diametralmente oposta àquela da Especulação. A apreensão do caráter da cientificidade de Marx talvez dependesse antes da elucidação da definição do cunho lógico da estrutura pressuposta nele e em sua concatenação teórica. A este

respeito, parece que a resposta seria categoricamente não! A determinação da forma de exposição é dada pela *forma* da vigência real, que pode ser inversa em relação àquela observada nas interações empiricamente vividas. Nestas, o capital, e a acumulação do capital, aparece como simples acúmulo de mercadorias, como efeito do movimento das mercadorias. No entanto, quando analisadas as relações aparentes, o capital é que aparece determinando o curso das mercadorias, como a pressuposição efetiva, ainda que não imediata ou empírica, da própria circulação. No que respeita ainda à conexão complexa e multiforme entre imediato e concretude, é bastante instrutivo que o problema que fez história na marxologia marxista tradicional encontre em Reichelt uma de suas definições clássicas. A querela entre o histórico e o lógico se situa no contexto de um desentendimento da concretude como *atualmente existente* em Marx. Daí que o concreto real seja imediatamente assimilado ao decurso da história e a descrição categorial uma armação epistêmica de caráter lógico desta construção histórica:

[...], devemos formular agora de modo mais preciso a ideia citada anteriormente de que, no interior do sistema burguês, o capital industrial segue imediatamente o valor. Uma análise precisa dessa passagem mostra que entesouramento, capital comercial, capital de juros e de usura assumem uma posição essencial na formulação dialética dessa passagem, mas que especialmente os dois últimos são apenas rapidamente tangidos e o tratamento detalhado só segue bem mais tarde. Reflete-se aí o fato de que a forma dialética de exposição das categorias simultaneamente é a forma adequada de exposição do movimento que historicamente dá origem ao capitalismo. Em nossa tentativa de

reconstituir o desdobramento dialético das categorias temos de manter essa conexão em vista.<sup>19</sup>

Na passagem referida pelo estudioso alemão, Marx textualmente declara acerca da exposição das categorias:

*Nós assistimos ao seu processo de formação. Esse processo de formação dialético é apenas a expressão ideal do movimento efetivo em que o capital vem a ser. As relações ulteriores devem ser consideradas como desenvolvimentos a partir desse embrião (grifos nossos).*<sup>20</sup>

Ora, este momento do texto de modo algum remete ao processo histórico, antes ele sintetiza o caráter da exposição dialética em cotejamento com o processo determinado no qual as categorias se encadeiam na efetividade do circuito do capital. Aqui, o “capital vem a ser” na determinação da natureza das relações que categorias como valor, dinheiro e mercado entretêm como elementos da totalidade da produção capitalista. Mas a exposição que “coqueteia aqui e acolá as formas peculiares de expressão” de Hegel é a apresentação da concatenação das categorias que configuram o processo de desenvolvimento do capital como *Daseinsform* e momento preponderante do processo de produção e não o de seu engendramento histórico. O modo como Reichelt lê as observações marxianas que abarcam os termos de um *desenvolvimento* indicam o quanto seu modo de aproximação está ainda travejado pelos limites da especulação hegeliana.

Esta última ilustração da inadequação dos modos epistemicamente configurados de se aproximar do caráter das categorias em Marx expressa igualmente a dificuldade de conformação de uma cientificidade que supere os limites tradicionalmente oscilatórios da

modernidade. De uma parte, a ciência apresentada como mera enumeração de dados, ou, de outra parte, a reconstrução do itinerário histórico das categorias, tomadas então em sua aparente universalidade vazia como *formas eternas* da interatividade social. A posição marxiana intenta apreender e expor as *formas* como momentos de uma dada concretude histórica da produção da vida, em sua especificidade de produção de excedente em tempo societário de criação. O desafio posto a Marx, que permanece à inteligência contemporânea, é o de capturar teoricamente o modo efetivo pelo qual as categorias se remetem e integram neste remetimento uma dada totalidade orgânica. Totalidade esta mesma em mutação constante na medida em que produz e reproduz continuamente seus pressupostos objetivos e conforma a vida humana de um determinado *modo* de ser; ou seja, uma forma societária que é, e persevera sendo, *histórica*. Assim, um todo relacional cuja matriz pode distender-se temporalmente em configurações morfológicas muito variadas e contraditórias, sem por isso simplesmente esboroar-se ante o peso de seu próprio desenvolvimento. A reconfiguração permanente das categorias atinentes à valorização do valor, à expressão da riqueza como *mais-valor*, faz aparecer uma miríade de modalidades formais nas quais os embaraços prático-intuitivos da produção/reprodução do *mais-tempo-social* por meio da mobilização ampliada das forças produtivas se avolumam. Na sua ordem expositiva, os fetiches se apresentam. Parte-se do fetiche da mercadoria, o modo imediato como as relações sociais (*tempo determinado de vida societária*) aparecem como *coisas que se relacionam* – e até possuem uma *linguagem peculiar* – *por si mesmas*. Até o *fetiche automático* (*automatische Fetish*)<sup>21</sup> da *forma juro* (na qual “o” tempo – qual um *Kronos* às

avessas – enfrenta a todos como potência criadora de valor). Neste “interim”, decorre aquele, cuja complexidade é a preponderante, propriamente *do capital como tal* (tão pouco tematizado criticamente após Marx), no qual a totalidade social aparece como *substância estranha* que tudo absorve como momentos de si e tudo identifica a si. O capital emerge nos atos práticos e/ou linguísticos do cotidiano, e depois também inevitavelmente da cientificidade que lhe corresponde, como uma *forma social-natural*, de sorte que tudo é capital e o capital é um simples conjunto de tudo. Uma forma social de existência que, por meio da operação de suas *persona*, confronta a tudo e a todos como totalidade produtiva que concretamente *põe* autonomamente a riqueza (algo que se expressa, *exempli gratia*, comportamental e discursivamente na fórmula segundo a qual “o empresário ‘dá’ empregos”). Enfrentar criticamente esta aparência que impõe um tipo novo de fetichismo, o da própria *forma capital*, testemunha o quanto é necessário a retomada da crítica marxiana à economia política em seus próprios termos.

## Notas

---

\* Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas, Docente no Colégio Técnico e nos Programas de Mestrado Profissional em Educação e Docência, e de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social (Mestrado e Doutorado) da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais e membro do Grupo de Pesquisa *Marxologia: Filosofia e Estudos Confluentes* – CNPq.  
ORCID 0000-0002-6365-3514.

<sup>1</sup> Para uma discussão mais aprofundada da tese althusseriana do *corte epistemológico* e de suas implicações para o entendimento enviesado da cientificidade marxiana, remete-se o leitor a: ALTHUSSER, L. **Lire Le Capital II**. Paris: Maspero, 1968, pp. 5-71; ALVES, Antônio J. L. **Marx e a analítica do capital: uma teoria das Daseinsformen**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013, em especial, pp. 349-372; e VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio** – Revista de Filosofia e Ciências Humanas, n. XII, Out./2010. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.49365995032122.pdf>.

---

<sup>2</sup> Para maior detalhamento da tese chasiniana da existência de um *estatuto* ontológico que arrima o pensamento marxiano: CHASIN, J. **Marx**. Estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, em especial pp. 7-23 e pp. 25-37.

<sup>3</sup> REICHELDT, H. **Sobre a estrutura lógica do conceito de capital**. Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 134.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Cf. ALVES, Antônio J. L. op. cit., 2013, em especial, pp. 17-30 e 81-119.

<sup>6</sup> Cf. MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, pp. 37-39; Glosas marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolfo Wagner. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n. 2, pp. 170-179, Jan./Jun. 2011, em especial, pp. 171-176.

<sup>7</sup> Cf. MARX, K. Das Kapital, erster Buch. In: **Marx/Engels Werke**. Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1998, p. 27.

<sup>8</sup> REICHELDT, H. op. cit., pp. 133-134.

<sup>9</sup> MARX, K. Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie. In: **Marx/Engels Werke**. 42. Berlin: Dietz Verlag, 1983, p. 25.

<sup>10</sup> REICHELDT, H. op. cit., p. 139.

<sup>11</sup> Cf. MARX, K. op. cit., 1993, p. 25, 43, 85-86, 175, 340.

<sup>12</sup> REICHELDT, H. op. cit., p. 153.

<sup>13</sup> Acerca da determinação do caráter ontológico das elaborações marxianas, remete-se aqui a: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social, volume I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. pp. 281-302.

<sup>14</sup> REICHELDT, H. op. cit., p. 164.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> MARX, K. **Grundrisse** – Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, pp. 54-55.

<sup>17</sup> MARX, K. op. cit., 2011, p. 54.

<sup>18</sup> REICHELDT, H. op. cit., 2013, p. 142.

<sup>19</sup> Ibid., p. 143.

<sup>20</sup> MARX, K. op. cit., 2011, p. 205 (Dieser dialektische Entstehungsprozeß ist nur der ideale Ausdruck der wirklichen Bewegung, worin das Kapital wird. Die späteren Beziehungen sind als Entwicklung aus diesem Keim heraus zu betrachten, In: MARX, K. op. cit., 1983, p. 245).

<sup>21</sup> Cf. MARX, K. Revenue and its sources. Die Vulgärökonomie. In: **Marx/Engels Werke**. Band 26.3. Berlin: Dietz Verlag, 1993. pp. 445-447.